

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

Entidade que realiza o procedimento	
Código de oferta na BEP	

2. CARACTERIZAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO

Carreira		Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	
Categoria		Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo	
Área de atividade		Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto	
Empregador Público		Nomeação	

3. IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome completo													
Data de nascimento												Sexo	
Documento de Identificação Civil												N.º de Identificação Civil	
Nacionalidade												País de Residência	
Morada													
Código Postal:												Localidade	
Distrito												Concelho	
Telemóvel													
Telefone													
Endereço de correio eletrónico													

4. NÍVEL HABILITACIONAL

Assinale o campo apropriado:

01	Menos de 4 anos de escolaridade	
02	4 anos de escolaridade (1.º ciclo do ensino básico)	
03	6 anos de escolaridade (2.º ciclo do ensino básico)	
04	9.º ano (3.º ciclo do ensino básico)	
05	12.º ano (ensino secundário) ou Curso tecnológico /profissional/ outros (nível III ou IV) ¹	

06	Curso de especialização tecnológica (nível V)	
05	Bacharelato	
08	Licenciatura	
09	Mestrado	
10	Doutoramento	

¹ Nível III ou IV: Nível de qualificação da formação (com equivalência ao ensino secundário)

4.1. FORMAÇÃO ACADÉMICA/PROFISSIONAL

Área de formação académica	
Área de formação profissional	
Outras formações académicas e profissionais relevantes	

4.2. FORMAÇÃO OU EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL SUBSTITUTIVA DO NÍVEL HABILITACIONAL EXIGIDO

No caso de a publicitação do procedimento concursal prever a possibilidade de substituição do nível habilitacional exigido por formação ou experiência profissional substitutiva, indique-a no quadro seguinte.

--

5. SITUAÇÃO JURÍDICO-FUNCIONAL DO TRABALHADOR

É titular de vínculo de emprego público?	Sim		Não	
--	-----	--	-----	--

Caso seja detentor de vínculo de emprego público, preencha os quadros 5.1. e 5.2.

Caso não seja detentor de vínculo de emprego público, passe diretamente ao ponto 7 deste formulário.

5.1. Modalidade de Vínculo de Emprego Público

Nomeação	Definitiva	
	A termo resolutivo certo	
	A termo resolutivo incerto	
Contrato de trabalho em funções públicas	Por tempo indeterminado	
	A termo resolutivo certo	
	A termo resolutivo incerto	

5.2. Situação Profissional

Situação profissional atual	Em exercício de funções	
	Em licença	
	Ao abrigo do Regime de Valorização Profissional, aprovado pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio	
Órgão ou serviço onde exerce ou, por último, exerceu funções		
Carreira e categoria		
Atividade exercida ou que, por último, exerceu no órgão ou serviço		
Posição e nível remuneratórios detidos		
Avaliação de desempenho		

6. OPÇÃO POR MÉTODOS DE SELECÇÃO

Se se encontra a cumprir ou executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do(s) posto(s) de trabalho publicitado(s) ou, encontrando-se ao abrigo do Regime de Valorização Profissional, aprovado pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, as cumpriu ou executou por último, e pretende afastar os métodos de seleção obrigatórios, nos termos do n.º 3 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, assinale a seguinte declaração:

<p><i>"Declaro que afasto os métodos de seleção obrigatórios Avaliação Curricular e, quando aplicável, Entrevista de Avaliação de Competências, e opto pelos métodos de seleção "Prova de Conhecimentos" e, quando aplicável, "Avaliação Psicológica", nos termos dos n.ºs 3 e 5 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.</i></p>	
---	--

7. NECESSIDADES ESPECIAIS

Caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade, indique o respetivo grau, o tipo de deficiência e se necessita de meios / condições especiais para a realização dos métodos de seleção.

Grau de incapacidade	
Tipo de incapacidade	

7.1. Especifique as condições especiais necessárias para a realização dos métodos de seleção.

8. DECLARAÇÕES FINAIS

Assinale com X os campos seguintes, se concordar e autorizar.

<p><i>"Declaro que reúno os requisitos previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, bem como os constantes no Aviso de Abertura do Procedimento Concural."</i></p>	
--	--

<p><i>Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g), n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, declaro que são verdadeiras as informações acima prestadas."</i></p>	
--	--

Assinatura

Localidade

Data

9. DOCUMENTOS ANEXOS

<i>Documento de identificação civil</i>	
<i>Certificado de habilitações</i>	
<i>Comprovativos de formação (Quantidade ____)</i>	
<i>Declaração a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria²</i>	
<i>Certificado comprovativo de conclusão de estágio profissional na Administração Pública</i>	

<i>Declaração comprovativa de que se encontra ao abrigo do Regime de Valorização Profissional</i>	
<i>Comprovativos de requisitos especiais (Quantidade ____)</i>	
<i>Curriculum Vitae</i>	
<i>Outros:</i>	

² Incluindo avaliação de desempenho

**ANEXO AO FORMULÁRIO DE CANDIDATURA
DIREITO DE INFORMAÇÃO E ACESSO AOS DADOS PESSOAIS (RGPD)**

Proteção de dados pessoais

A Câmara Municipal de Ponte de Sor, no âmbito das suas atribuições e competências e no cumprimento do disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), na sua atual redação e Lei n.º58/2019, de 18 de agosto – Lei da Proteção de Dados Pessoais, é a responsável pela proteção e tratamento dos dados pessoais das pessoas singulares, no estrito cumprimento dos seus princípios, de forma confidencial, estando os trabalhadores e colaboradores da Câmara Municipal de Ponte de Sor obrigados a um dever de sigilo quanto aos mesmos. O tratamento dos dados pessoais disponibilizados ocorre no âmbito da gestão do processo de recrutamento, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º1 do artigo 6.º do Regulamento Europeu em vigor e nos demais termos definidos por Lei.

Direito à informação

*O tratamento dos dados pessoais não constitui uma obrigação contratual.
Os destinatários dos dados pessoais são os recursos Humanos da Câmara Municipal de Ponte de Sor no âmbito do processo de recrutamento.
Os dados pessoais podem ser facultados a entidades terceiras para cumprimento de obrigações legais, designadamente aplicação dos métodos de seleção.
Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo seu titular, incluindo a retificação, o apagamento ou a limitação do seu tratamento.
O titular dos dados tem o direito de apresentar reclamação junto da autoridade de controlo (Comissão Nacional de Proteção de Dados).
Os dados são conservados durante o período previsto no Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais.
Os candidatos têm o direito de exercer os seus direitos no âmbito da política de privacidade.*

Tomei conhecimento.

_____, _____ de _____ de 202_____

O(a) candidato(a),
